

LEI Nº 866 /2002

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS

O Prefeito do Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte L E I:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder parcelamento e débitos fiscais inscritos em Dívida Ativa do Município, ajuizados ou não, e a reparcelar dívida consolidada em até 36 (trinta e seis) meses.

Art. 2º - O débito confessado e consolidado será acrescido de juros vincendos a razão de 01% (um por cento) ao mês, correspondendo ao número de parcelas requeridas.

Art. 3º - O valor de cada parcela não será inferior a R\$ 30,00 (trinta reais), devendo ser corrigido de acordo com os índices oficiais, na data da efetivação do parcelamento.

Art. 4º - O parcelamento em atraso por mais de 60 (sessenta) dias é rescindido de pleno direito e a dívida confessada será, de imediato, remetida para a execução fiscal, antecipado o seu vencimento.

Art. 5º - São excluídos da execução os créditos tributários inferiores a R\$ 90,00 (noventa reais) e aqueles resultantes de lançamentos irregulares ou viciados, mediante lei específica, não se constituindo tal procedimento renúncia de receita para efeitos do disposto no artigo 4º, L.R.F.

Art. 6º - Na fase judicial admitir-se-á composição nos termos dos artigos anteriores, antes da penhora ou arresto, ficando as custas judiciais e honorários a cargo do devedor, quitadas juntamente com a primeira parcela.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 03 de maio de 2002.

Ailton Laudelino Andrade

Prefeito Municipal